



SENADO FEDERAL

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PAUTA DA 12^a REUNIÃO

(4^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura)

**06/11/2018
TERÇA-FEIRA
às 09 horas**

**Presidente: Senador Telmário Mota
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim**



Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho

**12^a REUNIÃO DE SUBCOMISSÃO 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55^a LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 06/11/2018.**

12^a REUNIÃO DE SUBCOMISSÃO

Terça-feira, às 09 horas

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Debater sobre: "Um ano da Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) e o Estatuto do Trabalho, a nova CLT".	7

(1)(5)

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO - CDHET

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

(3 titulares e 3 suplentes)

TITULARES

SUPLENTES

MDB

Valdir Raupp(3)	RO (61) 3303-2252/2253	1 Hélio José(PROS)(3)	DF (61) 3303-6640/6645/6646
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
Paulo Paim(PT)(3)	RS (61) 3303-5227/5232	1 Ângela Portela(PDT)(3)	RR
Bloco Moderador(PTC, PR, PTB, PRB)			
Telmário Mota(PTB)(3)	RR (61) 3303-6315	1 João Capiberibe(PSB)(3)	AP (61) 3303-9011/3303-9014

- (1) Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- (2) Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
- (3) Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
- (4) Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- (5) Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:

SECRETÁRIO(A):

TELEFONE-SECRETARIA:

FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:

E-MAIL:



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55^a LEGISLATURA**

Em 6 de novembro de 2018
(terça-feira)
às 09h

PAUTA
12^a Reunião de Subcomissão

**SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO
- CDHET**

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

	Audiência Pública Interativa
Local	Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

Debater sobre: "Um ano da Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) e o Estatuto do Trabalho, a nova CLT".

Observações:

Esta Audiência Pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por isso as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania – link: www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número-0800612211.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RDH 70/2018](#), Senador Paulo Paim

Convidados:

Guilherme Guimarães Feliciano

- Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA

Paulo Joarêis Vieira

- Procurador Regional do Trabalho e Coordenador Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho – CONAFRET do Ministério Público do Trabalho

Carlos Fernando da Silva Filho

- Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT

Marilane Oliveira Teixeira

- Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT/UNICAMP

Representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT

Representante da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas - ABRAT

Representante da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho - ALJT

Representante do Ministério do Trabalho

Representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT

Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB

Representante da Central Sindical e Popular - CSP-Conlutas

Representante da União Geral dos Trabalhadores - UGT

Representante da Força Sindical

Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB

Representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST

Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB

Representante da Intersindical - Central da Classe Trabalhadora

1



**RDH
00070/2018**

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

SF18774.99080-00

REQUERIMENTO N° , DE 2018 - CDH

Senhora Presidente,

Com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de uma audiência pública, em forma de seminário, nesta Comissão, para debater **“Um ano da Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) e o Estatuto do Trabalho, a nova CLT.**

Em 11 de novembro próximo, a Lei nº 13.467, de 2017, conhecida como reforma trabalhista, completará um ano de vigência. Apresentada por muitos como solução para o alto índice de desemprego e dos conflitos das relações de trabalho, as consequências vão em outro sentido.

Aliás, no relatório de nossa autoria que foi subscrito por vários Senadores e aprovado na Comissão de Assuntos Sociais durante a apreciação do PLC 38/2017, antevíamos que os efeitos da reforma trabalhista seriam trágicos para a população brasileira.

Decorridos mais de seis meses de vigência da nova lei, o índice de desemprego aumentou e hoje atinge mais de 12,7 milhões de brasileiros. Além disso, o trabalho informal apresentou uma elevação e afeta mais de 1,8 milhões de pessoas.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

SF18774.99080-00

Como se não bastasse o aumento do desemprego e do trabalho informal, a nova lei trouxe prejuízos aos trabalhadores, pois supriu e reduziu direitos conquistados ao longo de décadas de luta da classe trabalhadora.

A reforma trabalhista trouxe também grande insegurança jurídica. Já foram apresentadas e aguardam julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) mais de vinte (20) Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI's), pugnando pela declaração da inconstitucionalidade de diversos dispositivos da Lei.

Uma dessas ações, a ADI 5766 foi apresentada pela Procuradoria Geral da República – PGR para questionar dispositivos da reforma trabalhista que afetam gratuidade da justiça. Na sua peça, a PGR afirmou:

“Na contramão dos movimentos democráticos que consolidaram essas garantias de amplo e igualitário acesso à Justiça, as normas impugnadas inviabilizam ao trabalhador economicamente desfavorecido assumir os riscos naturais de demanda trabalhista e impõe-lhe pagamento de custas e despesas processuais de sucumbência com uso de créditos trabalhistas auferidos no processo, de natureza alimentar, em prejuízo do sustento próprio e do de sua família”,

É para fazer frente a essa perversa realidade que construímos uma proposta de Estatuto do Trabalho e vamos apresentar para debate com toda sociedade uma nova CLT, que busca harmonizar e pacificar as relações de trabalho.

São essas, algumas das razões que nos levam a requerer a realização dessa audiência pública em forma de seminário nesta comissão para avaliarmos o quadro do mercado de trabalho e dos trabalhadores brasileiros e a necessidade de



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

aprovação de uma nova CLT ou Estatuto do Trabalho para assegurarmos o patamar mínimo de dignidade nas relações de trabalho.

Os convidados e a programação serão informados posteriormente.

Sala da Comissão,

Senador Paulo Paim
PT/RS

SF18774.99080-00